

# O CURRÍCULO COMO CONSTRUÇÃO E PRÁTICA SOCIAL

THE CURRICULUM AS CONSTRUCTION AND SOCIAL PRACTICE

COSTA, Daniela Cristianismo<sup>1</sup>  
RAVNJAK, Leandro Luciano Silva<sup>2</sup>  
SANTOS, Zilmar Gonçalves<sup>3</sup>

## RESUMO

O currículo é uma etapa organizacional da Educação que pode ser definido como um projeto seletivo sociocultural, política e administrativamente condicionado, que preenche a atividade escolar que se torna realidade dentro das condições da escola tal como se acha configurada. Relacionado com a cultura, com a ideologia e com as relações de poder; todas construídas socialmente, o currículo constitui-se, também, como uma construção cultural e econômica. Dessa forma, este artigo objetivou analisar como tal constituição ocorreu e ocorre socialmente, valendo-se, metodologicamente, da revisão de literatura. Tem-se que o currículo seleciona e legitima os saberes e conhecimentos dispostos pelos âmbitos sociais, culturais e econômicos de uma sociedade, perpetuando as relações de poder existentes na sociedade a qual está e será inserido.

**Palavras - chave:** Currículo; Educação; Cultura; Ideologia; Poder.

## ABSTRACT

The curriculum is an organizational stage of Education that can be defined as a sociocultural, politically and administratively conditioned selective project, which fulfills the school activity that becomes reality within the conditions of the school as it is configured. Related to culture, ideology and power relations, all socially constructed, the curriculum is also constituted as a cultural and economic construction. Thus, this article aimed to analyze how such constitution occurred and occurs socially. For this, the methodology used in this work was the bibliographic review. It is assumed that the curriculum selects and legitimizes the knowledge and knowledge arranged by the social, cultural and economic spheres of a society, perpetuating the existing power relations in the society to which it is and will be inserted.

**Keywords:** Curriculum. Education. Culture. Ideology. Power.

## INTRODUÇÃO

O currículo acadêmico apresenta um conceito e uma aplicação envolta em abstrações e críticas, podendo ser compreendido e estudado de diferentes maneiras e percepções.

As teorias que envolvem sua conceitualização vão desde apenas definições generalizadas e gerais, definindo-o como um produto organizacional da Educação, até teses críticas e pós - críticas modernas, que o analisam como prática e construção social, uma parte integrante e integrada da

sociedade.

Conceitualizações de cultura, ideologia e poder permeiam as análises, tendo em vista que, em uma sociedade, estas três áreas encontram-se intrinsecamente conectadas em todas as relações humanas.

A cultura, como construção histórica englobando crenças, valores e ideias; a ideologia, como uma relação entre dominantes e dominados, de diferentes classes sociais, visando perpetuar as condições de controle e resistência (ou a falta dela) e o poder, atuando como legitimador da ideologia dominante, com o homem sendo su-

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes. Servidora Técnico Administrativa da Unimontes. Email: danielacostaadv@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela FAE/UFMG. Docente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes.

<sup>3</sup> Doutora em Ciências Sociais pela UERJ. Docente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes.

jeito e objeto dele, formatam o currículo com base na hegemonia social ressignificando.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo compreender o currículo como uma construção e prática social, analisando como forma de embasar as discussões e resultados que aqui serão dispostos.

Explicita-se o conceito de currículo na área da Educação, delineando as definições de cultura, ideologia e poder, relacionando-os uns aos outros. Expõe-se, ainda, as principais características das teorias críticas do currículo, levando em conta que tais teses englobam-no como parte estruturada socialmente.

Por fim, discute-se a construção social em si mesma, destacando as minuciosidades e conceituações sobre a temática do currículo apresentado. Para que isso pudesse ser realizado, a metodologia utilizada neste trabalho foi a revisão bibliográfica.

## CONCEITO DE CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO

O currículo é uma etapa organizacional da Educação que apresenta diversas minuciosidades quanto às perspectivas pelas quais pode ser analisado e definido. De acordo com Sacristán (2000), tal análise abrange âmbitos diferenciados: o primeiro corresponde ao projeto e/ou plano educacional composto de diferentes experiências e conteúdos, sejam eles reais - lê-se aqui aplicados - ou pretensos, ainda não empregados. Em concordância a esta percepção, também é abordado como uma “expressão formal e material” desses projetos, sendo um guia sequencial dos planos educacionais.

Além disso, o currículo é compreendido como um campo prático, advindo de processos instrutivos e reais, dotando-os de conteúdo de caráter acadêmico. É um “território de intersecção de práticas diversas” não restritas apenas aos processos pedagógicos (Sacristán, 2000, p. 14 - 15). Desse modo, possui uma visão organizadora dos conteúdos, selecionando-os, ordenando-os e classificando-os (Prado; Alencastro; Almeida, 2017).

Embora tais concepções sejam totalmente conceituais, o currículo ainda é contemplado como uma ponte entre a sociedade e a escola, tendo uma função social (Sacristán, 2000). A instrumentalização curricular sistematizada em práticas em determinado siste-

ma social é o que lhe provê conteúdo (Sacristán, 2000). Assim:

É uma prática que se expressa em comportamentos práticos diversos. O currículo, como projeto baseado num plano construído e ordenado, relaciona a conexão entre determinados princípios e uma realização dos mesmos, algo que se há de comprovar e que nessa expressão prática concretiza seu valor. É uma prática na qual se estabelece um diálogo, por assim dizer, entre agentes SOCIAIS, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam, etc. Desenvolver esta acepção do currículo como âmbito prático tem o atrativo de poder ordenar em torno deste discurso as funções que cumpre e o modo como as realiza, estudando-o processualmente: se expressa numa prática e ganha significado dentro de uma prática de algum modo prévio e que não é função apenas do currículo, mas de outros determinantes (Sacristán, 2000, p. 15 - 16).

Dessa forma, define-se o currículo neste artigo como um “projeto seletivo sociocultural, política e administrativamente condicionado, que preenche a atividade escolar que se torna realidade dentro das condições da escola tal como se acha configurada” (Sacristán, 2000, p. 34).

## IDEOLOGIA, PODER E CULTURA

Para compreender como ocorre a construção social curricular, faz-se necessário salientar três conceitos fundamentais neste trabalho. O currículo é uma junção cultural, social e política que respalda os conteúdos programáticos desde os níveis primários até as pós-graduações.

A cultura é abstraída de modo geral como o conhecimento, ideias e crenças que envolvem o meio social ao qual se referem e se inserem. Contudo, esta é uma elucidação pouco específica, pois não é apenas o conjunto das áreas mencionadas, mas toda uma “dimensão do processo social”, da vida social, de determinada sociedade. É uma construção histórica fruto do produto coletivo (Santos, 2009), seja de forma particular, quando circunscrita em apenas um território ou extensa, quando analisada pela multiculturalidade ocasionada pela globalização na atualidade.

Esta dimensão não se encontra sozinha na sociedade, sendo acompanhada diretamente pelas ideologias e o poder que nela reside. Segundo Carl Friedrich (*apud* Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p. 587), as ideologias são “sis-

temas de ideias” estratégicas que visam modificar ou “defender a ordem política vigente”.

Tais ideologias funcionam como superestruturas que preservam a dominação de classes explicitada por Karl Marx, apaziguando as relações de dominância e submissão, evitando conflitos. É uma “consciência parcial, ilusória e enganadora que se baseia na criação de conceitos e preconceitos como instrumentos de hegemonia” (Almeida, 2015, p.3).

De acordo com Apple (1994), as divisões sociais e relações de poder sustentam a dominação, transmitindo uma visão de mundo restringida por aqueles que detêm uma posição vantajosa na organização social.

O poderio que proporciona a legitimação da ideologia dominante na sociedade e na cultura direciona-se do “homem para o homem”. O indivíduo não é apenas um sujeito que impõe seu poder, mas também o objeto do mesmo, ou seja, aquele que constrói e é constituído por esta relação (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998).

Desse modo,

Para definir um certo Poder, não basta especificar a pessoa ou o grupo que o detém e a pessoa ou o grupo que a ele está sujeito: ocorre determinar também a esfera de atividade à qual o Poder se refere ou a esfera do Poder. A mesma pessoa ou o mesmo grupo pode ser submetido a vários tipos de Poder relacionados com diversos campos. O Poder do médico diz respeito à saúde; o do professor, à aprendizagem do saber; o empregador influencia o comportamento dos empregados sobretudo na esfera econômica e na atividade profissional; e um superior militar, em tempo de guerra, dá ordens que comportam o uso da violência e a probabilidade de matar ou morrer (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p. 934).

Nota-se que o poder do professor, assim como o da escola e, conseqüentemente, o do currículo, estabelece-se sobre os processos de aprendizagem. O mesmo ocorre com a ideologia que acompanha o poder: a dominação de uma classe engloba não apenas os processos culturais em sua percepção generalizada, mas toda a construção social, incluindo o conhecimento considerado técnico.

A academicidade, como parte integrante de uma sociedade, dispõe dos aparatos dominantes culturalmente aceitos, legitimando as informações selecionadas e passando-as, por meio da escola, para os alunos. É assim que se perpetua o currículo construído, praticado e criticado por alguns pensadores.

## Teoria Crítica do Currículo

A criticidade presente nas teorias do currículo (perspectivas sobre a construção e definição do mesmo) advém da conjugação sociocultural e ideológica que está presente na constituição curricular. Segundo Silva (1999, p. 46), o currículo “não é um corpo neutro, inocente e desinteressado de conhecimentos”, pois

Envolve uma construção de significados e valores culturais. O currículo não está simplesmente envolvido com a transmissão de fatos e conhecimentos objetivos. É um local onde se produzem e criam significados sociais ligados a relações sociais de poder e desigualdade (Giroux *apud* Silva, 1999, p. 55-56).

Nessa transmissão, as escolas possuem um papel de extrema importância, tendo em vista que distribuem o conhecimento denominado “técnico”, prestigiado socialmente. Tal conhecimento relaciona-se diretamente ao capitalismo, pois direciona o ensino e a aprendizagem com conteúdos relevantes economicamente, como meios de aplicação voltados à produção (Apple, 2001).

Ressalta-se que, embora esse direcionamento dê-se majoritariamente nos níveis superiores de educação, nas universidades, a imposição de requisitos para a entrada nas mesmas, pressionam os currículos dos níveis fundamentais, refletindo o conhecimento técnico (Apple, 2001).

As escolas concebem materiais específicos, recriando uma estratificação social dentro do ambiente educacional, assim, impondo relações de superioridade e inferioridade dentro desse sistema criando uma noção de hegemonia (Apple, 2001).

A hegemonia, para Apple (2001), associa-se diretamente ao Estado como instituição de poder territorial, não sendo um fato social concluído, mas sim processual que envolve as classes dominantes. Tais classes conquistam ativamente um consenso social, exercendo seu domínio.

Desse modo, a hegemonia é constituída nas e pelas próprias práticas do dia-a-dia. Representa o conjunto de ações e significados do senso comum que moldam o mundo social como o conhecemos, no qual se inserem as características curriculares, pedagógicas e avaliativas internas, que estruturam as instituições educacionais. Por-

tanto, o currículo é ativamente construído e reconstruído aos moldes hegemônicos, influenciado pela classe dominante.

## A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CURRÍCULO

O currículo é um modo de selecionar, ordenar e classificar os conteúdos que são propostos para determinado nível educacional, funcionando como um guia para professores, pedagogos e outros profissionais da Educação sobre o que abordar em sala de aula. Contudo, tais conteúdos não advêm de escolhas neutras e distantes da sociedade, mas sim de processos que ocorrem intrinsecamente a ela, entrepostos ideológica e culturalmente.

As relações de poder permeiam o currículo, derivadas do campo político. Conforme Prado, Alencastro e Almeida (2017, p.7):

Os governantes utilizam o currículo para moldar a cultura da sociedade à sua maneira, impondo valores que vão ao encontro de interesses próprios das classes dominantes, com objetivos focados no trabalho para alavancar a produção e gerar mais riqueza para sua classe.

A título de exemplo, o Novo Ensino Médio brasileiro, gerado por mudanças na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), definida pelo Ministério da Educação. Nela, estão contidos todos os conteúdos considerados essenciais para a formação acadêmica neste nível educacional (Ministério da Educação, 2018).

No novo formato, a carga horária aumentará, a partir de 2022, de 4 horas para 5 horas (mínimas) diárias. Além disso, apenas as disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa serão obrigatórias durante os três anos de Ensino Médio, com todas as outras integradas em módulos: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas. As instituições de ensino poderão escolher quais destes módulos serão oferecidos e quantos deles, assim como o estudante poderá escolher (Santos, 2021).

Segundo o Ministério da Educação (2018), a mudança objetiva garantir o acesso às escolas e, principalmente, “aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da

vida em sociedade”. Nota-se que o Estado e o governo possuem relações de poder diretas com o currículo ofertado, mudando-o e moldando-o às necessidades culturais e econômicas que envolvem a sociedade.

Sendo assim, o currículo pressupõe a “concretização dos fins sociais e culturais, de socialização” (Sacristán, 2000, p.15) atribuída às instituições de ensino e a Educação como um todo ou ainda como um auxílio ao desenvolvimento, neste caso, econômico. O currículo reflete um modelo educacional determinado, ideológico e de difícil materialização em modelos desatualizados ou considerados simples (Sacristán, 2000).

O conhecimento apresenta-se como uma representação da sociedade na qual o currículo se insere, utilizando da linguagem como uma constituinte ativa do ensino: com ela se produz e se reproduz o mundo social (Apple, 1994).

A prática que acompanha o conhecimento é estabelecida por meio de “comportamentos didáticos, políticos, administrativos” e econômicos que, por muitas vezes, encobrem pressupostos, teorias e esquemas racionais, religiosos e de valores que determinam o currículo (Sacristán, 2000, p. 13). Em razão dela, a construção social solidifica-se e o currículo é aplicado, adicionando saberes previamente legitimados à sociedade.

A cultura, então, envolve-se diretamente nesta construção, como prática cultural que negocia entre os dominadores e dominados, em uma conexão entre controle e resistência. Conforme Macedo (2006, p. 105),

O cultural não pode, na perspectiva que defendo, ser visto como fonte de conflito entre diversas culturas, mas como práticas discriminatórias em que a diferença é produzida. Isso significa tentar descrever o currículo como cultura, não uma cultura como repertório partilhado de significados, mas como lugar de enunciação. Ou seja, não é possível contemplar as culturas, seja numa perspectiva epistemológica seja do ponto de vista moral, assim como não é possível selecioná-las para que façam parte do currículo. O currículo é ele mesmo um híbrido, em que as culturas negociam com a diferença.

Essencialmente, a cultura é um mediador dentro do currículo, não sendo selecionada deliberadamente, mas, como já é uma percepção incorporada pela sociedade, faz-se inclusa in-

diretamente por meio dos indivíduos e instituições que ensinam.

À vista disso, como a cultura, o currículo, juntamente à escola impõem regras, normas e práticas para regular todo o processo de ensino, conforme preceitua Prado; Alencastro; Almeida (2017).

Portanto, o currículo é uma criação social que seleciona e legitima os saberes e conhecimentos dispostos pelos âmbitos sociais, culturais e econômicos de uma sociedade. Foi criado como um “artefato escolar”, de acordo com Veiga - Neto (2004, p. 170), “envolvido com a fundação da episteme da ordem e representação e sempre se colocou a serviço dela. E, por aí, ele esteve sempre envolvido com a própria constituição”.

Grundy (1987 *apud* SACRISTÁN, 2000) sintetiza que o currículo é uma construção cultural, não sendo apenas um conceito abstrato sem qualquer tipo de experiência externa.

Finalmente, conforme Sacristán (2000, p.19) em uma sociedade considerada desenvolvida ao que se refere a sua economia, o conhecimento possui um papel de extrema relevância, possibilitando nesses ambientes (ou não) a participação ativa dos cidadãos nos processos culturais e econômicos. Para ele, “uma escola ‘sem conteúdos’ culturais é uma proposta irreal, além de descomprometida”.

## CONCLUSÃO

Embora o currículo seja apresentado como neutro em relação às atividades gerais de uma sociedade, sua constituição não é alheia às relações socioculturais e econômicas da sociedade.

Para que o currículo seja realizado, por exemplo, como no Brasil, sendo organizado por uma Base Curricular Nacional, o Estado intervém, seleciona, ordena e organiza os conteúdos considerados pertinentes à formação acadêmica de base no país.

Ao realizar tal seleção, aspectos culturais e ideológicos são considerados, mesmo que inconscientemente, perpetuando as relações de poder social existentes na sociedade ao qual o currículo está e será inserido. A classe dominante utiliza de seus aparatos ideológicos para promover seus materiais e, ainda, usa da cultura para suprimir possíveis resistências, instituindo regras, normas e valores a serem seguidos dentro do ambiente escolar e fora dele.

Para que isso seja eficaz, as escolas possuem o importante papel de fornecer o conhecimento técnico previamente construído e também de estratificar os alunos de diferentes classes dentro da mesma, reproduzindo os valores hegemônicos, de ordem e progresso.

Nas palavras do pedagogo, filósofo e professor Paulo Freire, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1981, p.44).

Segundo as palavras de Freire (1981), temos que o currículo é apenas a base de toda a educação, já que a educação parte das pessoas e do poder que elas têm em educar a si mesmas e aos demais.

Finalmente, segundo o mesmo autor, o conhecimento apenas pode ser emergido através “da invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros” (Freire, 1981, p.38), constatando que o currículo é uma representação do mundo, assim como o mundo o acata, muitas vezes, com inquietação ou apenas impacientemente, sem análises mais aprofundadas e críticas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. Poder, Ideologia e Coerção: revisitando conceitos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. Poder, Ideologia e Coerção: revisitando conceitos. Florianópolis: **Simpósio Nacional de História**, 2015. p. 1-16. Disponível em: <https://bityli.com/bwSw7K>. Acesso em: 07 dez. 2021.

APPLE, Michael W. A Política do Conhecimento Oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1994. Cap. 3. p. 59-92.

APPLE, Michael W. **Educação e Poder**. 6. ed. Porto: Porto, 2001. 274 p. Tradução de João Menelau Paraskeva. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/apple-michael-educao-e-poderpdf-pdf-free.html>. Acesso em: 07 dez. 2021.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. 1622 p. Tradução de Carmen C. Varriale, GaetanoLo

Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e RenzoDini. Disponível em: <https://encr.pw/RVQzH>. Acesso em: 14 julho. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Novo Ensino Médio - perguntas e respostas**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em: 07 dez. 2021.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed., Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1987. Acesso em 08 março 2022.

FRIEDRICH, Carln. *Apud* BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. 1622 p. Tradução de Carmen C. Varriale, GaetanoLo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e RenzoDini. Disponível em: <https://encr.pw/RVQzH>. Acesso em: 14 julho. 2023.

MACEDO, Elizabeth. CURRÍCULO: Política, Cultura e Poder. **Currículo Sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 98-113, jul. 2006. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/pt/revista/curriculo-sem-fronteiras/articulo/curriculo-politica-cultura-e-poder>. Acesso em: 05 dez. 2021.

PRADO, Leandro Aparecido do; ALENCASTRO, Mario Sérgio Cunha; ALMEIDA, Siderly do Carmo Dahle de. CURRÍCULO: INSTRUMENTO DE PODER E DE TRANSFORMAÇÃO CULTURAL. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO**, 4., 2017, Paraná. CURRÍCULO: INSTRUMENTO DE PODER E DE TRANSFORMAÇÃO CULTURAL. Paraná: Sirsse, 2017. p. 17496-17508. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23790\\_12178.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23790_12178.pdf). Acesso em: 07 dez. 2021.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Pono Alegre: Artmed, 2000. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. Disponível em: [https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:-otb5ZDLqVUJ:https://kulpdf.net/download/o-curriculo-uma-reflex-atilde-o-sobre-a-pr-aacute-tica\\_58e037e-4dc0d607a718970d6\\_pdf+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d](https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:-otb5ZDLqVUJ:https://kulpdf.net/download/o-curriculo-uma-reflex-atilde-o-sobre-a-pr-aacute-tica_58e037e-4dc0d607a718970d6_pdf+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d). Acesso em: 14 julho 2023.

SANTOS, Emily. **Novo ensino médio: entenda o que deve mudar a partir de 2022**: o que são os itinerários formativos? e como fica a carga horária? o que vai ser obrigatório? tire suas dúvidas. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/10/10/novo-ensino-medio-entenda-o-que-deve-mudar-a-partir-de-2022.ghtml>. Acesso em: 07 dez. 2021.

SANTOS, José Luiz dos. **O QUE É CULTURA**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009. 110 p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3232926>. Acesso em: 07 dez. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 153 p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3206702>. Acesso em: 07 dez. 2021

VEIGA - NETO, Alfredo. **Currículo, cultura e sociedade**. Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 5, n. 9, p. 157-171, jul. 2004. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/6496>. Acesso em: 05 dez. 2021.